

---

# EDITORIAL

---

## PALAVRAS DO EDITOR

Prezados Leitores,

Os colaboradores da **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis** (RCMCC) iniciam o ano com uma excelente notícia. A revista passou do conceito B4 para B3 (ranking Qualis-Capes) na última avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta modesta evolução tem um grande significado para nós. O novo conceito reflete que as mudanças implementadas, durante o ano de 2012, tiveram um impacto efetivo sobre a estrutura formal da Revista. Sabemos que ainda podemos fazer muito para melhorar a qualidade de nossa revista.

Neste ano temos como meta a divulgação de aproximadamente 24 artigos científicos. Em média teremos a publicação de 6 (seis) artigos por edição, incluindo uma edição especial no segundo semestre, de modo a publicar apenas aqueles artigos que demonstrem reais condições de contribuir para o desenvolvimento da Área Contábil.

Ao longo dos últimos anos percebemos que a produção acadêmica gerada no Brasil já alcançou um grau de qualidade que não pode (nem deve) ser ignorado por quem faz pesquisa no País. Naturalmente, o Conselho Editorial da RCMCC está empenhado em fazer com que o volume de obras nacionais citadas nos artigos cresça, e que sejam devidamente reconhecidos os pesquisadores que estão expandindo as fronteiras do conhecimento no Brasil. Assim, para as próximas submissões de artigos, recomendamos que os autores façam uma ampla revisão bibliográfica de estudos nacionais relacionados ao seu tema de pesquisa. Recomendamos pesquisar na base de artigos científicos da ANPAD ([www.spell.org.br](http://www.spell.org.br)) e em nossa revista ([www.atena.org.br](http://www.atena.org.br)), que já conta com mais de 16 anos de publicações científicas.

Adicionalmente, daremos aos autores a oportunidade de indicar um professor Doutor para emissão de parecer sobre o artigo, desde que o nome indicado pertença a um estado diferente do(s) autor(es). Tal medida tem como objetivo melhorar a qualidade do *feedback* sobre o conteúdo do artigo, bem como complementar o processo de revisão *blind review*. Esta iniciativa está alinhada com as boas práticas editoriais adotadas por alguns periódicos internacionais, e não eliminará a necessidade de avaliação dos artigos por 2 (dois) pareceristas anônimos.

Aproveitamos esta oportunidade para divulgar que a nossa revista também está disponível no portal **e-publicações** (<http://www.e-publicacoes.uerj.br/>), site oficial de revistas científicas da UERJ. Esta iniciativa institucional contribui para o aperfeiçoamento das publicações científicas da Universidade na medida em que as revistas passam a contar com apoio formal, assim como ocorre em outros projetos de extensão da UERJ.

Por fim, gostaria de registrar minha satisfação de contar com a participação do Professor Moacir Sancovski na preparação desta edição da RCMCC. Ao longo do processo o

Professor Moacir apresentou relevantes comentários e sugestões de aprimoramento dos artigos. Professor e pesquisador muito experiente, seus comentários sempre provocam uma verdadeira reflexão sobre o conteúdo de um artigo. Registro aqui, mais uma vez, meu agradecimento ao seu efetivo apoio.

Continuamos trabalhando seriamente para o desenvolvimento de nossa Revista.

Um forte abraço a todos.

*“Fazendo a mesma coisa dia após dia, não há de se esperar resultados diferentes.”*

*Albert Einstein*

**Adolfo Henrique Coutinho e Silva**

**Editor**

## EDITORIAL CIENTÍFICO

Prezados Leitores,

Esta edição da Revista de Contabilidade traz seis artigos; quatro que tratam de tópicos de Contabilidade Financeira, um que trata de avaliação de desempenho, um tópico de Contabilidade Gerencial; e um que trata do Controle das Instituições Federais de Ensino Superior.

Dos artigos que versam sobre Contabilidade Financeira, dois examinam especificamente as normas de contabilidade para o tratamento contábil de Propriedades para Investimento. No primeiro, Ana Maria Gomes Rodrigues, professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, argumenta que o IAS 40 e a NCRF 11 (Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal) deveriam, por questões de coerência, reconhecer que há diferenças substanciais entre (a) as propriedades adquiridas para serem usadas no curso normal das operações das empresas onde a atividade principal é o aluguel dessas propriedades, e (b) as propriedades não vinculadas às atividades principais das empresas, que são adquiridas como investimentos não financeiros, e alugadas para propiciarem rendas não correlacionadas com os resultados das operações normais. Segundo ela, as primeiras, por terem todas as características de ativos imobilizados, deveriam ser classificadas e avaliadas como tal no balanço patrimonial; e as últimas, por serem mantidas efetivamente como investimentos, deveriam ser classificadas logicamente como propriedades para investimento e submetidas aos critérios de avaliação determinados para esses ativos.

O segundo artigo traz o resultado da análise que Bruno Meirelles Salotti e Matheus Rossito Freri, respectivamente, professor e aluno do Departamento de Contabilidade da FEA/USP, fizeram das demonstrações financeiras, referentes aos anos 2010 e 2011, de seis administradoras de shoppings centers listadas na BM&FBovespa para determinar as escolhas que seus contadores fizeram entre as opções dadas pelo CPC 28 (Propriedades para Investimento). Diferente da professora Ana Rodrigues, eles acataram amplamente as determinações do pronunciamento, assumindo, ainda, que, entre o valor justo e o custo, o primeiro é o melhor método de avaliação das propriedades para investimento. Contrariando suas expectativas, das seis empresas, só duas optaram pelo método do valor justo para avaliar os investimentos; as demais optaram pelo método do custo. Eles também observaram que nenhuma das empresas que estudaram atendeu completamente às exigências de divulgação de informação do pronunciamento.

Recomendo que leiam estes artigos em seqüência, e ponderem sobre como as reflexões do primeiro dão sentido aos achados reportados no segundo.

O terceiro artigo de autoria de Érica Rocha Silva, aluna do curso de Ciências Contábeis da FAF/UERJ, analisa os esquemas de remuneração de executivos de duas empresas, uma loja de departamentos e uma indústria, para mostrar que as variáveis adotadas nos trabalhos sobre gerenciamento de resultados induzidos por incentivos gerenciais não refletem adequadamente esses esquemas e podem eventualmente distorcer os resultados obtidos nesses trabalhos.

O quarto trabalho que trata de assuntos relacionados à Contabilidade Financeira foi escrito por Fernando Batista Fontana, Mestre em Ciências Contábeis pela Unisinos, por Andréia Félix Andrade, Contadora, e pela professora Cléa Beatriz Macagnan do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Unisinos. Eles analisaram as demonstrações financeiras das cinquenta empresas que integraram o índice IBrX-50 da BM&FBovespa no período setembro/dezembro de 2011, para determinar em que medida essas empresas cumpriam as exigências para a evidenciação do ajuste a valor presente constantes no CPC 12. E apuraram que, no total, as empresas divulgaram 70,9% dos itens previstos no pronunciamento, mas os padrões de evidenciação não foram uniformes. As empresas que mais informações divulgaram foram as do setor de construção, e as que menos divulgaram foram as empresas do setor de indústria manufatureira.

Silvana Damutt Kruger e Sérgio Murilo Petri, respectivamente, aluna e professor do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, são os autores do estudo que abordou um tema de Contabilidade Gerencial (avaliação de desempenho). Eles examinaram a existência de relações de causalidade entre o EVA (Economic Value Added), o LPA (Lucro por Ação), o ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), ROA (Retorno sobre os Ativos), o VM (Valor de Mercado) e o MVA (Market Value Added) utilizando, para essa finalidade, dados obtidos nas demonstrações financeiras publicadas no período de 2000 a 2010 de 196 empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados que obtiveram apontaram que somente há relações bidirecionais de causalidade entre o EVA, o LPA, o VM e o MVA das empresas.

Por último, Marlon Cruz Ferreira, Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, Waldir Jorge Ladeira dos Santos, professor da FAF/UERJ, e José Francisco Moreira Pessanha, professor do IME/UERJ, são os autores do artigo que analisou o desempenho de 53 instituições federais de ensino superior através dos indicadores instituídos pelo Tribunal de Contas da União no período 2008-2010. Com isso pretenderam mostrar que, a despeito desses indicadores não esgotarem todas as dimensões avaliativas do ensino superior, eles são suficientes para mapear os resultados alcançados por essas instituições, e para instruir a construção de uma agenda positiva para a educação superior no país.

Espero sinceramente que apreciem o trabalho de todos que tornaram esta edição possível, e que aproveitem os artigos não só pelos resultados que trazem, mas pelas oportunidades de reflexão que propiciam.

Boa leitura!

**Moacir Sancovschi**

**Editor Associado**

**Prof. Dr. FACC / UFRJ**